



V Jornada Brasileira de Sociologia

Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 05 – Economia, política e sociedade no século XXI.

O Projeto Nuclear Iraniano e a Sustentação de um Regime Revolucionário



O Projeto Nuclear Iraniano e a Sustentação de um Regime Revolucionário

Camila Hirt Munareto¹

Durante a presidência de Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013), apesar de o regime experimentar uma crescente crise de legitimidade, o polêmico programa nuclear do Irã desempenhou um papel proeminente na política externa do país. Em frente a isso, o presente trabalho tem como objetivo compreender de que forma o programa nuclear iraniano foi articulado para conferir legitimidade ao regime político. A hipótese adotada é de que o programa nuclear foi apresentado pela elite política como o caminho para o país alcançar a sua independência econômica e autossuficiência, sendo articulado internamente como um mecanismo para restaurar o orgulho nacional da população e fortalecer a identidade revolucionária. Propõe-se assim, a realização de um estudo de caso com abordagem hipotético-dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica que pretende contribuir para a compreensão das relações entre elites e sociedade a partir da análise de um dos instrumentos de legitimação dos regimes políticos. Para tanto, em um primeiro momento serão apresentados os ideais que guiaram a Revolução Islâmica, buscando compreender como eles colaboraram para o estabelecimento de uma identidade nacional revolucionária; em seguida, serão analisadas as demandas domésticas do período e de que forma o programa nuclear foi articulado pela elite política como um meio de retomar os ideais revolucionários, a fim de compreender em que medida estas ações contribuíram para garantir legitimidade ao regime político.

Palavras-chave: Irã; Elites; Legitimidade; Programa Nuclear.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria e bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição; camila_munareto@hotmail.com

1. Introdução

Partindo do princípio que a existência do Estado está condicionada a relações de poder, Max Weber (1978, p.99) relaciona legitimidade à obediência e ao consentimento, por parte dos dominados, aos detentores deste poder. Trata-se assim, da aceitação por parte da população das instituições e da autoridade política estabelecida, onde a crença dos indivíduos na ordem política a qual estão submetidos os motiva a apoiá-la e aceitar agir de acordo com suas regras (STEFFEK, 2007, p.178).

Por mais que todos os Estados preocupem-se com questões de legitimidade, a configuração interna de cada um limita os mecanismos disponíveis às elites para obter o apoio da população. No Terceiro Mundo², diante da instabilidade política de seus regimes e dos desafios que as elites políticas enfrentam para legitimar-se internamente, têm-se a necessidade de buscar meios alternativos para fortalecer as relações entre Estado e sociedade. Dessa forma, torna-se comum a adoção da política externa como instrumento de legitimação nestes países³, de modo que a sustentação do regime torna-se um componente fundamental na sua política externa e as lideranças políticas passam a preocupar-se mais com os resultados domésticos de sua abordagem externa do que com os ganhos estratégicos da mesma (CLAPHAM, 1985, p.113; MOON, 1995, p.193-195).

Por meio da política externa as elites políticas posicionam-se como defensoras do interesse nacional e detentoras de uma capacidade especial para manter a segurança da nação. Nesse sentido, pode-se estabelecer três estratégias de política externa que possibilitam às elites políticas neutralizar as oposições internas e obter o apoio da população: (i) apelo ao nacionalismo ou "ataques" a elementos estrangeiros; (ii) posicionamento dos líderes como detentores de uma capacidade especial para manter a

² Assim como argumenta Christopher Clapham, o que torna a política do Terceiro Mundo distinta dos demais países não é a natureza dos povos e políticos que nela participam, mas a natureza das circunstâncias em que eles se encontram. A principal característica que condiciona as políticas dos países do Terceiro Mundo é a sua posição periférica na política internacional, fazendo com que os atributos de subdesenvolvimento econômico e social influenciem o seu comportamento no Sistema Internacional (CLAPHAM, 1985, p. 1-3). Desta forma, o presente trabalho faz uso do termo Terceiro Mundo para se referir a um grupo de países cujas dinâmicas domésticas e externas são influenciadas pelo passado colonial e pelas relações desiguais no Sistema Internacional.

³ Isto não significa afirmar que a política externa seja utilizada como ferramenta de legitimação do governo apenas em países do Terceiro Mundo, ao contrário, grandes potências também utilizam-se deste mecanismo (com a promoção de guerras e fortalecimento da identidade nacional, por exemplo). Contudo, no Terceiro Mundo esta dinâmica torna-se ainda mais evidente, uma vez que as ferramentas disponíveis às elites políticas nestes países são mais escassas.

segurança da nação; e (iii) desvio da atenção dos problemas internos com uma política externa mais ofensiva (HAGAN, 1995, p.128-130).

Normalmente o efeito de tais estratégias sobre a política externa é significativo e resulta em ações conflituosas dentro do cenário internacional. As tentativas de construir a legitimidade do Estado por meio da ação externa envolvem apelos ideológicos que dão à política externa dos países do Terceiro Mundo o seu tom retórico estridente, a fim de mobilizar o consenso nacional. Por mais que esses esforços sejam em grande parte ineficazes no que diz respeito a resultados concretos, no âmbito externo, eles são muito relevantes para os fins de adquirir legitimidade. Constatase assim que estes Estados, com o objetivo de maximizar o seu poder em frente aos atores internos, por vezes, são obrigados a sacrificar resultados externos mais efetivos. Isto explica a frequência de conflitos entre países cuja situação doméstica parece exigir políticas externas menos ofensivas, de modo que o que para um observador externo pode parecer uma irracionalidade das lideranças políticas, na verdade constitui para o Estado uma estratégia de esforços externos em prol de ganhos em autoridade doméstica (MOON, 1995, p.193-195).

Diante dos aspectos apresentados, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o uso da política externa como uma ferramenta de legitimação do regime político e de garantia de poder às elites, tendo como objeto de estudo a República Islâmica do Irã. Ainda que tenha sido lançado na década de 1950 sob o apoio dos Estados Unidos, o desenvolvimento do programa nuclear iraniano perdeu força nos primeiros anos seguintes à Revolução Islâmica, sendo retomado a partir da década de 1990 e passando a desempenhar um papel proeminente na política externa do país durante a presidência de Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013) (TAKEYH, 2009, p.242-249). Percebe-se que apesar de o regime experimentar uma crescente crise de legitimidade durante o referido período, as sanções aplicadas pela comunidade internacional ao Irã não foram suficientes para dar um fim ao programa nuclear; ao contrário, cada vez mais ele passou a desempenhar um papel de destaque dentro da agenda internacional iraniana.

Nesse sentido, o presente trabalho procura elucidar de que forma o programa nuclear iraniano foi articulado para conferir legitimidade ao regime político. Para tanto, será realizado um estudo de caso com abordagem hipotético-dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica que pretende contribuir para a compreensão das relações entre elites e sociedade a partir da análise de um dos instrumentos de legitimação dos regimes políticos. Dessa forma, em um primeiro momento, será apresentado de que modo os

ideais que guiaram a Revolução Islâmica foram retomados durante o governo Ahmadinejad, bem como as principais demandas domésticas do período em questão. Em seguida, será analisado de que forma o programa nuclear foi articulado pela elite política como um meio de retomar os ideais revolucionários, a fim de compreender em que medida estas ações contribuíram para garantir legitimidade ao regime político.

Observa-se assim que o programa nuclear foi apresentado pela elite política como o caminho para o país alcançar a sua independência econômica e autossuficiência, sendo articulado internamente como um mecanismo para restaurar o orgulho nacional da população e fortalecer a identidade revolucionária.

2. A Retomada dos Ideais Revolucionários e a Crise de Legitimidade

Nos anos subsequentes ao processo revolucionário vivenciado pelo Irã em 1979, a sustentação do novo regime político implementado pelas elites religiosas muito se baseou na defesa dos ideais revolucionários, de modo que os princípios islâmicos e anti-imperialistas fizeram-se presentes em grande parte das políticas implementadas pelo novo regime. Entretanto, com o fim da Guerra contra o Iraque, a população passou a demandar do Estado um papel mais ativo na promoção de direitos políticos e de medidas de bem-estar social, esperando ser recompensada pelo seu empenho e esforço durante os anos do conflito. Além disso, a morte do Aiatolá Khomeini abriu espaço para que as elites políticas iranianas passassem a disputar o controle do regime político, uma vez que possuíam diferentes visões de como a República Islâmica deveria ser estruturada (PESERAN, 2011, p.129). Como consequência destas novas demandas advindas da sociedade iraniana os governos de Rafsanjani e Khatami foram marcados não apenas por uma ampliação da sociedade civil e diminuição do controle estatal em diversos setores sociais, como também por uma reestruturação econômica por meio da adoção de medidas liberais, tais como a privatização da economia e abertura dos mercados iranianos ao capital estrangeiro (RAKEL, 2008, p.94).

Contudo, ao contrário de seus antecessores, Mahmoud Ahmadinejad não via com bons olhos as medidas de flexibilização social e cultural que vinham sendo colocadas em prática no Irã desde a morte do Aiatolá Khomeini, interpretando-as como uma ameaça ao caráter islâmico do regime (WARNAAR, 2013, p. 35). Em frente a isso, durante seu governo, a elite conservadora buscou promover um retorno aos primeiros anos da República Islâmica, associando seu projeto de governo ao caminho trilhado por

Khomeini no período pós 1979. Retomou-se o processo de islamização da sociedade, a promoção de medidas de caráter populista e o forte uso da coerção como meio de conter os movimentos dissidentes; tais medidas, entretanto, não foram implementadas sem trazer sérias consequências à legitimidade da República Islâmica.

Se os governos de Rafsanjani e Khatami representaram um momento de transformação política e econômica, a presidência de Ahmadinejad culminou no retorno ao rumo autoritário da política iraniana e implicou em um aumento da repressão estatal. O controle dos meios de comunicação, o uso de censura e a interferência nos currículos acadêmicos constituem as ferramentas que os regimes autoritários têm à sua disposição para manter seus poderes, uma vez que possibilitam a manipulação da ideologia na tentativa de prevenir o surgimento de uma sociedade civil (WARNAAR, 2013, p.42-43). No caso iraniano, esse aparato estatal foi utilizado para fazer ressurgir entre a população o espírito dos anos iniciais da República Islâmica, reincorporando os ideais revolucionários às políticas do governo e utilizando-os como meio de promover a identificação entre o Estado e a sociedade. Além disso, a retomada do fervor revolucionário não ficou restrita apenas às políticas sociais. Ahmadinejad, assim como os conservadores, acreditava na capacidade do Irã de recuperar-se economicamente sem o auxílio externo, culpando o mal-estar econômico iraniano à utilização inadequada dos princípios da revolução islâmica e aos ideais democráticos dos seus antecessores, de modo que durante seu governo, a política econômica do Irã foi marcada por um retorno aos princípios da autossuficiência econômica (PARSEAN, 2011, p.159).

Entretanto, a administração de Ahmadinejad não foi capaz de elevar o padrão de vida da população e como consequência da incapacidade do governo iraniano de atender às demandas sociais, o país vivenciou um período de intensificação da ação de grupos opositores ao governo. Se as relações entre Estado e sociedade já estavam debilitadas após o primeiro mandato de Ahmadinejad, a suspeita de fraude eleitoral em 2009⁴, que resultou na sua reeleição à presidência, trouxe consigo protestos populares maciços⁵, os

⁴ As eleições presidenciais que ocorreram no Irã em 12 de junho de 2009 despertaram uma controvérsia em relação a uma possível fraude. Com 63,3% dos 38.770.288 votos válidos, Ahmadinejad foi declarado vencedor, mas os candidatos da oposição – Mir-Hossein Mousavi, Mohsen Rezaei e Mehdi Karroubi – se recusaram a aceitar os resultados. Uma vez que as intenções de voto indicavam um resultado diferente, os candidatos argumentaram que os votos para Ahmadinejad teriam sido substancialmente aumentados por meios artificiais, o que culminou em protestos generalizados pelo país (WALTER, MEBANE, 2013, p.6-7).

⁵ Conhecidos como “Revolução Verde”, os protestos exigiam inicialmente que o resultado das eleições fosse anulado e que reformas eleitorais fossem feitas; contudo, o uso indiscriminado da violência para conter as manifestações transformaram seus objetivos, passando a exigir o fim do sistema islâmico (SHERRILL, 2013, p.68).

quais foram reprimidos com violência por parte da Guarda Revolucionária. Ainda que a brutalidade da Guarda revolucionária tenha sido eficaz para acabar com os protestos, a legitimidade do regime sofreu grandes perdas – conservadores, pragmáticos, reformistas e até mesmo altos aiatolás demonstraram-se contrários às ações do regime em frente às manifestações (SHERRILL, 2013, p.68-74).

É importante salientar ainda que por mais que os regimes autoritários tenham à sua disposição meios repressivos para promover a continuação do regime político, eles quase nunca podem confiar na repressão sozinha, uma vez que a coerção sem qualquer outra via de legitimidade tem dificuldade em encontrar apoio entre a população mais ampla. Diante disso, durante o governo de Ahmadinejad, a repressão estatal contribuiu para a sustentação do regime no curto prazo, mas acabou por catalisar a erosão da sua legitimidade nos anos seguintes (WARNAAR, 2013, p.42, 61). Dessa forma, em frente a incapacidade do governo em lidar com os problemas internos de outra maneira que não por meio dos instrumentos coercitivos, coube à política externa desempenhar o papel de auxiliar a sustentação do regime político.

3. A Política Externa e a Sustentação do Regime

Durante o governo de Ahmadinejad, a política externa iraniana tentou expandir suas relações regionais, reforçar a sua posição entre os países árabes e, ao mesmo tempo, assumir um papel de liderança em iniciativas globais anti-hegemônicas entre países em desenvolvimento e potências emergentes. O principal objetivo do governo continuava sendo a promoção do crescimento econômico, assim como durante os governos de Rafsanjani e Khatami; contudo, os meios utilizados para alcançá-lo foram modificados e a política externa iraniana voltou a fazer uso de uma retórica fortemente ideológica (WARNAAR, 2013, p.114).

Em sua presidência, teve-se um renascimento do discurso revolucionário e a "mudança" adquiriu um papel central dentro das políticas implementadas pelo seu governo. A ideologia consistia em uma retomada da visão predominante durante a primeira década do regime iraniano, interpretando as experiências históricas do Irã como resultado da intromissão ocidental e sua constante tentativa de minar o interesse do povo iraniano. Sob seu governo articulou-se a ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos países emergentes e em desenvolvimento são resultantes da dominação exercida pelas grandes potências; utilizando-se dessa interpretação como

argumento para fortalecer os movimentos de resistência anti-hegemônica e defender que os países emergentes procurassem compensar o atraso científico e econômico por meio da cooperação (WARNAAR, 2013, p.81-87).

Dentro dessa lógica das relações exteriores, encontrava-se a defesa do programa nuclear iraniano. A iniciativa era vista como o caminho para o país alcançar a sua independência econômica e a autossuficiência proclamadas pela Revolução de 1979. Se o programa causava suspeitas na comunidade internacional, no ambiente doméstico ele era articulado como um mecanismo para restaurar o orgulho nacional da população e fortalecer o regime político (PERSEAN, 2009, p.181).

Como foi apresentado, durante este período, o regime iraniano experimentava uma crescente crise de legitimidade – tanto nacional como internacionalmente – e a política externa ganhou um significado especial na tarefa de reforçar a sustentabilidade do regime. O programa nuclear iraniano detinha um grande apoio da sociedade, de modo que a população de quase todos os estratos defendia a aquisição de tecnologia nuclear. Até mesmo a maioria dos intelectuais e forças políticas de oposição, que criticavam a administração de Ahmadinejad e sua abordagem mais conflituosa no cenário internacional, enfatizavam o direito do Irã à tecnologia nuclear (MOSHIRZADEH, 2007, p.528).

Nesse sentido, Homeira Moshirzadeh (2007) elenca duas correntes discursivas pelas quais o programa nuclear era articulado perante a população iraniana: o discurso da independência e o discurso da justiça.

A primeira delas, o discurso da independência, tem sido uma abordagem hegemônica no Irã por um longo período, ganhando ainda mais destaque nos anos após a Revolução Islâmica. Esse discurso baseia-se em elementos ligados à história do Irã, tais como seu passado milenar, as invasões estrangeiras e, principalmente, as relações de dependência com as grandes potências, que inclusive atuaram como catalisadores do movimento revolucionário de 1979. Diante disso, a aquisição da tecnologia nuclear era representada como um passo essencial para a ascensão do Irã como o principal ator regional. O domínio da tecnologia nuclear era visto como um instrumento de dominação entre as nações e seu desenvolvimento seria uma condição essencial para a promoção da autossuficiência do Irã, de modo que a oposição da comunidade internacional era

interpretada como uma tentativa das grandes potências de manter o país dependente⁶ (MOSHIRZADEH, 2007, p.529-532). Sendo assim, o desenvolvimento nuclear do Irã era interpretado como uma ferramenta central na independência do regime iraniano e seu desenvolvimento econômico, fazendo com que ceder às exigências ocidentais fosse considerado uma humilhação em termos de seu discurso de política externa⁷ (WARNAAR, 2013, p.135).

A segunda corrente discursiva, o discurso da justiça, por sua vez, advém dos princípios islâmicos, no qual a justiça é um dos pilares da religião e deve ser praticada pelos muçulmanos em sua vida social. Este princípio influenciou a postura do Irã em frente ao movimento terceiro-mundista, onde critica-se o sistema internacional existente e as práticas de seus principais atores com base em um princípio fundamental do próprio sistema - a igualdade soberana. Diante disso, na visão iraniana, o conceito de justiça é usado para deslegitimar a ideia de hierarquia no sistema, de modo que as práticas das grandes potências - em particular, dos Estados Unidos - são retratadas como os casos mais óbvios de comportamento injusto. Diante disso, o discurso nuclear do Irã baseava-se na condenação da natureza discriminatória do Tratado de Não Proliferação (TNP) que permitia que alguns atores tivessem direitos específicos à tecnologia nuclear, enquanto negava este mesmo direito a outros, de modo que a política nuclear se tornou um esforço do país de busca da justiça no sistema internacional (MOSHIRZADEH, 2007, p.533-535).

Essas correntes discursivas foram articuladas pela elite política como instrumentos de coesão social, contribuindo para o fervor patriótico em torno do assunto e a consequente sustentação do regime político. No entanto, ao mesmo tempo em que se beneficiava de um apoio popular no país, o programa nuclear do Irã levantou alarme na comunidade internacional e resultou na aplicação de uma série de sanções ao Irã. Contudo, em vez de ceder às exigências ocidentais, o regime adotou uma postura de

⁶ Mesmo as decisões e medidas tomadas por instituições internacionais, como a AIEA ou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, eram representadas como oposições à independência do Irã e resultado das pressões impostas pelas grandes potências (MOSHIRZADEH, 2007, p.532).

⁷ A imprensa iraniana costumava desenhar uma analogia entre a política nuclear do Irã e o Movimento de Nacionalização do Petróleo do início da década de 1950. O fato de este movimento ter conduzido com sucesso à nacionalização da indústria do petróleo no Irã e ter sido celebrado como a conquista mais significativa do nacionalismo iraniano no século 20 tornava a questão nuclear uma questão nacionalista, exigindo assim, apoio nacional e sacrifício. Por outro lado, também era feita uma analogia entre a possibilidade do fim do programa nuclear e o Tratado de Turkmenchai (1828), o exemplo mais notório de retirada dos direitos soberanos do Irã na história moderna do país. Como resultado desse tratado, o Irã perdeu território e foi forçado a conceder privilégios comerciais e direitos extraterritoriais aos russos (MOSHIRZADEH, 2007, p.532).

resistência, buscando parceiros alternativos⁸ – o que contribuiu para a identificação do Irã como um país capaz de liderar a luta contra a hegemonia ocidental. O país procurou utilizar as sanções econômicas que lhe foram aplicadas como uma forma de confirmar a imagem imperialista do Ocidente, tratando seu projeto nuclear como um avanço não apenas seu próprio interesse, mas também de todos os Estados em desenvolvimento.

O que é importante aqui, no entanto, é que a administração Ahmadinejad, em vez de tentar reverter seu isolamento, estava tentando tirar o máximo proveito dela, transformando esta fraqueza na principal força internacional do Irã. O discurso revolucionário do regime foi fundamental para este esforço, através da sua análise do estado atual das coisas, ele aponta para a mutabilidade do sistema internacional, dizendo: as coisas não tem que ser dessa maneira. No contexto deste discurso, ceder às exigências ocidentais é irracional; racionalidade é construir alianças que garantam a independência e desenvolvimento do Irã, construindo um futuro em que os Estados Unidos não faça as regras (WARNAAR, 2013, p.135-136, tradução nossa⁹).

Essa postura de resistência ganhou destaque no governo de Ahmadinejad também como uma oposição à postura adotada por seus antecessores. Os principais ataques aos reformistas focaram em sua incapacidade de atingir quaisquer conquistas concretas, apesar dos esforços cooperativos de sua política externa. Argumentava-se assim que as medidas de confiança não levaram a resultados tangíveis para o Irã, uma vez que as potências ocidentais não reconheciam a sua soberania ao negá-lo o direito de desenvolver o programa nuclear para suprir suas necessidades econômicas e tecnológicas. Por meio disso, a elite conservadora representaria assim, um ator resistente capaz de enfrentar as grandes potências na defesa dos interesses iranianos (MOSHIRZADEH, 2007, p.537).

Observa-se assim que a conquista da indústria nuclear era compreendida como um elemento essencial para o desenvolvimento científico, econômico e social do país, de modo que o aumento da grandeza nacional encontrava-se condicionado ao programa. Diante de um momento de grande instabilidade interna, restou à elite política apoiar-se

⁸ Rússia e China eram parceiros os mais favoráveis para auxiliar a implantação de seu projeto nuclear iraniano. Uma vez que esses países não eram considerados opressores, tornavam-se parceiros desejáveis para o Irã por causa de suas grandes economias, seus assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU e porque ambos estavam menos preocupados com questões de direitos humanos (WARNAAR, 2013, p.126).

⁹ No original: *What is important here, however, is that the Ahmadinejad administration, instead of trying to reverse its isolation, was trying to take maximum advantage of it, turning this weakness into Iran's main international strength. The regime's revolutionary discourse was central to this endeavor, through its analysis of the current state of affairs it points to the inherent changeability of the international system, saying: things do not have to be this way. In the context of this discourse, giving in to Western demands is irrational; rationality is to build alliances that secure Iran's independence and development, building a future in which the United States no longer makes the rules.*

no compromisso nacional com a causa da independência e autossuficiência nuclear para revitalizar seu poder político e fortalecer suas relações com a sociedade iraniana.

4. Considerações Finais

O governo de Mahmoud Ahmadinejad foi marcado por um retorno aos princípios que guiavam a República Islâmica do Irã durante os primeiros anos após a Revolução de 1979. A elite conservadora que ascendia ao poder não concordava com as medidas de flexibilização social e econômica que haviam sido implementadas pelos governos de Rafsanjani e Khatami e buscou associar seu governo aos princípios revolucionários de independência e autossuficiência.

Entretanto, as mudanças promovidas pelo governo não ocorreram sem trazer custos à legitimidade da República Islâmica. Além de a administração de Ahmadinejad não conseguir atender às demandas sociais e econômicas de sua população, desde as disputadas eleições presidenciais de junho de 2009 e a subsequente repressão violenta aos manifestantes que protestaram contra os resultados eleitorais, o regime iraniano enfrentou sérios problemas de legitimidade. Independentemente dos resultados "reais" da eleição, o que nos interessa aqui é perceber que um regime que havia se definido como revolucionário e populista aparentemente perdeu o controle sobre a sociedade, restando-lhe a alternativa de recuperá-lo por meio da força (PERTHES, 2010, p.101). Entretanto, tal medida, além de envolver altos custos de legitimidade, não era suficiente, de modo que o governo de Ahmadinejad, diante dos limitados recursos internos, teve de fazer uso da política externa para garantir a sustentação do regime político.

Se as tentativas de mobilizar o consenso nacional por meio da ação externa normalmente envolvem apelos ideológicos que dão à política externa um caráter conflituoso, no Irã isto não foi diferente. Por meio do renascimento do discurso revolucionário, a política externa passou a fazer forte uso dos ideais de independência e justiça para fortalecer suas relações com a população, de modo que o programa nuclear iraniano desempenhou um papel de destaque nesta estratégia. Ele foi articulado pelas elites políticas com uma ferramenta de para restaurar o orgulho nacional da população e fortalecer a identidade revolucionária, sendo apresentado à sociedade iraniana como o caminho para o país alcançar a sua independência econômica e autossuficiência.

Contudo, a perda de legitimidade resultante das ações de Ahmadinejad não pode ser revertida simplesmente pela repressão dos movimentos de dissidência e da adoção

de uma política externa agressiva (PERTHES, 2010, p.101). Por vezes, a adoção da política externa como uma ferramenta de legitimação resulta em grandes dificuldades domésticas se não for acompanhada de outras medidas. No Irã, ainda que a política externa tenha auxiliado na sustentação do regime durante a administração de Ahmadinejad, a incapacidade de seu governo em atender às demandas da população deixou a seu sucessor, Hassan Rohani, um cenário de grandes desafios.

Apesar de o Irã ter obtido certas vantagens de seu isolamento econômico, articulando parceiros alternativos e reforçando seu discurso anti-imperialista tanto no âmbito externo quanto interno; as sanções aplicadas pelo ocidente impactaram fortemente a economia iraniana e exigiram que o governo seguinte amenizasse o caráter conflituoso de sua política externa (WARNAAR, 2013, p.127-135). Diante disso, coube a Rouhani promover a retomada das negociações da questão nuclear iraniana, de forma que a resolução da questão nuclear passou a constituir a peça central dos seus primeiros anos de governo. O acordo nuclear julho 2015 foi aclamado e fez com que Rouhani adquirisse a reputação do homem que poderia mudar o curso da história do Irã, tanto perante a população quanto a comunidade internacional (AKBARZADEH, 2016, p.1-12).

Por mais que a política externa possa atuar como fonte de legitimidade, é necessário que ela seja acompanhada de políticas domésticas que consigam obter ganhos do sistema internacional, pois apenas a promoção de discurso internacional conflituoso não é capaz de sustentar um regime político por um longo período de tempo. Nesse sentido, observa-se que a eleição de Rouhani, juntamente com sua postura conciliadora com a comunidade internacional, foi de essencial importância para a manutenção do poder das elites políticas e a sustentação do regime islâmico.

REFERÊNCIAS

- AKBARZADEH, Shahram. **Iran in the World: President Rouhani's Foreign Policy**. Palgrave MacMillan, 2016.
- CLAPHAM, Christopher. **Third World Politics: Na Introduction**. Routledge. 1985
- HAGAN, Joe D. Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy. **Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in its Second Generation**. Prentice Hall, 1995.
- MOSHIRZADEH, Homeira. Discursive Foundations of Iran's Nuclear Policy. **Security Dialogue**, v. 38, n. 4, 2007.
- MOON, Bruce E. The State in Foreign and Domestic Policy. In NEACK, L.; HEY, J.; **Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in its Second Generation**. Prentice Hall, 1995.
- PESERAN, Evaleila. **Iran's Struggle for Economic Independence**. Routledge, 2011.
- PERTHES, Volker. Ambition and Fear: Iran's Foreign Policy and Nuclear Programme, Survival. **Global Politics and Strategy**, v. 52, n.3, 2010, pp.95-114.
- RAKEL, Eva. **The Iranian political elite, state and society relations and foreign relations since the Islamic Republic**. PhD thesis in Amsterdam Institute for Social Science Research. 2008
- SHERILL, Clifton. Why Hassan Rouhani Won Iran's 2013 Presidential Election. **Middle East Policy**, v.21, n. 2, 2014, pp.64-75.
- STEFFEK, J. Legitimacy in International Relations: From State Compliance to Citizen Consensus. HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. **Legitimacy in na Age of Global Politics**. Palgrave Macmillan, 2007.
- TAKEYH, Ray. **Guardians of the Revolution: Iran in the world in the age of the Ayatollahs**. Oxford University Press, 2009.
- WARNAAR, Maaïke. **Iranian Foreign Policy during Ahmadinejad: Ideology and Actions**. Palgrave MacMillan, 2011.
- WALTER R; MEBANE Jr. Walter R. Mebane Jr. Fraud in the 2009 Presidential Election in Iran? **Chance**, v. 23, 2010, pp.6-15.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. LTC Editora, 1978.